

RACISMO ESTRUTURAL E PATRIMONIALIZAÇÃO EM MINAS GERAIS: HIERARQUIAS DA MEMÓRIA E EXCLUSÃO DO PATRIMÔNIO NEGRO¹

Karla Esther Rosa dos SANTOS²; Luana Carla Martins Campos AKINRULI³

¹ GT 4 - Políticas Culturais e Economia Política da Cultura

² Universidade Federal de Minas Gerais, kerds@ufmg.br.

³ Universidade Federal de Minas Gerais, luanacampos@insod.org akinruli@eci.ufmg.br

RESUMO

O campo do patrimônio cultural, desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, desempenha papel central na construção da memória coletiva brasileira. Em Minas Gerais, o barroco foi elevado ao *status* de símbolo nacional pelos modernistas, sendo apresentado como expressão de uma identidade estética própria (BAUMGARTEN & TAVARES, 2013, p.3). Tal consagração, entretanto, ocorreu em detrimento de outras matrizes culturais igualmente constitutivas da sociedade mineira, especialmente a afro-brasileira. Minas Gerais foi o Estado mais contemplado pelas ações patrimoniais do SPHAN, em suas primeiras décadas de atuação. Entre 1938 e 1967, dos 165 bens tombados, 103 eram religiosos, sobretudo católicos, e mais de noventa datavam do século XVIII (JULIÃO et al. 2025, p.167). Observa-se, assim, a consolidação de uma narrativa patrimonial fortemente vinculada à herança colonial e religiosa.

Por outro lado, a criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ampliou as possibilidades de reconhecimento do patrimônio afro-brasileiro (LIMA, 2020, p.48). No âmbito estadual, o primeiro registro realizado pelo IEPHA ocorreu em 2002. Na década de 2010 foram protegidos nove bens e, a partir de 2020, dois registros foram efetivados, dentre os quais dois vinculados às comunidades quilombolas. No plano federal, o IPHAN registrou sete bens, sendo o Ofício dos Mestres de Capoeira, a Roda de Capoeira e o Jongo no Sudeste referências associadas à cultura negra. Ressalta-se, contudo, que tais registros possuem abrangência nacional. Em contrapartida, os bens de alcance estadual permanecem majoritariamente vinculados à tradição colonial, como o Toque dos Sinos e o Ofício do Sineiro (JULIÃO et al. 2025, p.179-180).

Parte-se da hipótese de que esse desequilíbrio não decorre apenas de critérios técnicos ou estéticos, mas expressa a atuação do racismo estrutural na definição das políticas de patrimonialização. Conforme ALMEIDA (2019), o racismo estrutural manifesta-se na organização das instituições e na reprodução sistemática de hierarquias raciais, influenciando a distribuição de poder simbólico. Nesse sentido, a seleção e a legitimação de bens culturais podem refletir processos históricos de exclusão.

O objetivo da pesquisa é analisar de que maneira o racismo estrutural influencia os processos de patrimonialização no Estado, contribuindo para a centralidade discursiva e informacional do patrimônio colonial e barroco em detrimento do patrimônio cultural negro. Para tanto, adota-se abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso centrado nos processos de tombamentos e registros realizados pelo IPHAN e pelo IEPHA no estado de Minas Gerais. Ademais, a pesquisa emprega análise documental e análise de conteúdo de leis, decretos, atas e processos administrativos, além de reportagens e pronunciamentos de gestores. São realizadas, ainda, entrevistas semiestruturadas com técnicos e dirigentes dos referidos institutos, com base nos procedimentos metodológicos descritos por DE OLIVEIRA (2008, p.5-6).

Dentre os primeiros resultados da pesquisa, ressaltam-se que os critérios de seleção patrimonial não são neutros, mas atravessados por dinâmicas históricas de poder que contribuem para a sub-representação do patrimônio cultural negro em âmbito estadual. A pesquisa busca, assim,

contribuir para o debate sobre memória, poder e desigualdade racial nas políticas culturais brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BAUMGARTEN, Jens; TAVARES, André. O barroco colonizador: a produção historiográfico-artística no Brasil e suas principais orientações teóricas. *Perspective*, v. 2, 18p. 2013.

DE OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. *Travessias*, v. 2, n. 3, 16p, 2008.

JULIÃO, Leticia; LEI, Cristiane Calheiros; SANTOS, Karla. Percursos do patrimônio cultural em Minas. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 17, n. 33, p. 161-188, jul./dez. 2025.

LIMA, Alessandra Rodrigues. Patrimônio cultural afro-brasileiro e o registro de bens imateriais: alcances e limitações. *Cadernos NAUI: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural*, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 39-58, 2020.